

## A "CIVILIDADE" CHEGANDO A JACOBINA\*

Vanicléia Silva Santos<sup>1</sup>

Esteja onde ela estiver, uma cidade é uma cidade.

(F. Braudel)

### Resumo

O ideal de urbanidade que perpassa pelas cidades do sertão, chega como sinônimo de "civilização" e "modernidade", contrapondo-se com um passado marcado pela vida rural e hábitos pouco citadinos. A cidade de Jacobina, na primeira metade do século XX, sonhava com as reformas não só do espaço, bem como de costumes, especialmente das festas, que não fossem consideradas "civilizadas".

**Palavras-chave:** Cidade, urbanização, festa.

A cidade não é bonita. Também não quero dizer que seja feia. Do feio e do bonito, cada um fala ex-cathedra. Foi edificada sem outra engenharia que a da própria natureza. Não teve outro traçado urbanístico senão acompanhar o rio, que se vai adelgaçando por todos os lados. Mas as ruas tortuosas, as suas velhas igrejas, contam lindas histórias do passado. Falam das lutas dos paiaízes, contra o luso aventureiro; das missões dos jesuítas; dos sermões dos missionários santos; dos garimpos com suas bateias rebrilhando ouro [...] (JORNAL A VANGUARDA, 03 de jul. de 1955).

---

\* Este texto é parte integrante da Dissertação do Mestrado, "Sons, danças e ritmos: a Micareta de Jacobina/Bahia (1920-1950)", orientada pela Prof.a Estefânia Knotz C. Fraga, no Programa de Pós-Graduação da PUC/SP, 2001.

O excerto é o olhar literário e romântico de um cronista que vê a cidade construída sem uma estrutura urbana ou planos urbanísticos. Ao mencionar em tom poético que “[...] foi edificada sem outra engenharia que a da própria natureza”, não utiliza metáforas, mas uma perspectiva de análise que parte das experiências e sensibilidades vividas ao longo da sua história, por sujeitos que deram à cidade significados diferentes, em épocas diferentes.

Jacobina, vista de cima, é uma cidade que encanta os olhos pois remete a uma imagem presepial: uma cadeia de verdes montanhas, e as águas dos rios entrecortam um amontoado de casinhas e sobrados policromáticos. O olhar do *voyeur down* percorre as labirínticas ruas, espaços reais e simbólicos, por onde pessoas transitam. São rostos de negros, índios, mestiços, brancos, europeus, que foram constituindo essa trama urbana ao longo dos séculos.

A cidade que ora vos apresento não poderia estar alocada no que se designaria uma *grande* cidade. Braudel (1970, p. 45) já dizia que não é só o número que está em pauta, pois “[...] a cidade só existe como cidade perante uma vida inferior à sua, a regra não tem exceção; [...] é preciso para existir que domine um império, por muito minúsculo que seja”. Jacobina foi durante a Colônia um dos maiores municípios da província da Bahia, concentrando sob sua jurisdição várias freguesias e vilas. Tornou-se a matriz de povoamento no interior baiano com a descoberta de ouro em suas terras. A mineração gerou um processo de migração para a região e para lá convergiram missionários franciscanos e jesuítas, empregados da Coroa, bandeirantes, escravos, índios escravizados, povoadores portugueses e brasileiros, pobres garimpeiros, criadores de gado e camponeses.

Esta pluralidade de gentes sedimentou alguns conflitos socioculturais, principalmente no campo religioso, le-

vando ao surgimento de três igrejas: A Igreja da Missão, construída em 1706 para catequização dos índios Payayás, chamada de Bom Jesus da Glória; a Igreja da Matriz, sede da Freguesia, edificada em 1758 sob o orago de Santo Antônio, e a Igreja da Conceição dos Homens Pardos em 1759.

Na visão de Afonso Costa<sup>2</sup>, o comércio de Jacobina apareceu com a mineração no final do século XVII, cresceu com a afluência de garimpeiros à procura de ouro. Em seguida, o tráfico de animais importados de vários lugares do Nordeste transformou a Vila de Santo Antônio de Jacobina num lugar de trânsito de muitos homens e de muitas riquezas. A Vila passou imediatamente a concorrer, no seu papel de liderança regional, com Salvador e Cachoeira, que eram os principais centros urbanos comerciais da época (COSTA, 1918).

As relações comerciais propiciadas pelo comércio de gado transformaram Jacobina no

[...] empório de todo o movimento expeditor de fazendas, miudezas e ferragens para os sertões de Bahia, Goiás e Piauí, disfrutando a extensiva nomeada de que frúe ainda agora pela seriedade irrepreensível de seu trato, a lhaneza honrosa de suas transações [pois, já contava no início do século XX com] mais de cem casas de negocios, nas quaes se encontram fazendas, miudezas, drogas, ferragens, louças, bebidas, chapéus, calçados, cereais, havendo farmacias, padarias, saboarias, tanoarias, marcinarias, ferrarias, etc, muitas daquelas com avultado stock de mercadorias recebidas das praças de Baía e Rio de Janeiro (COSTA, 1918, p. 295).

Apesar dessa visão de progresso e riqueza que o cronista Afonso Costa desejou divulgar, quando Jacobina foi elevada à categoria de cidade no final do século XX, este período já estava marcado por dificuldades na área da mineração e pela falta de um meio de transporte mais eficien-

te do que o lombo de animais de carga como os bovinos e muares. Em contrapartida, muitas cidades de porte igual ou inferior à Jacobina já haviam sido beneficiadas com as estradas de ferro e elevadas à categoria de cidade: Jacobina somente foi promulgada à cidade em 1880 (também tardiamente em relação a outras localidades da Chapada Diamantina).

Para Afonso Costa, os foros de “civilização” demoraram a chegar naquelas paragens porque, além da falta de um meio de transporte, havia ainda um outro problema: o “espírito indolente” de seus patrícios para tomar decisões diante dos problemas que enfrentavam. Dessa forma, valorizava a presença dos

[...] habitadores estrangeiros, todos filhos da bela Ausonia e entregues aos proficuos labores comerciais, amando a Jacobina tanto quanto a pátria distante e contribuindo por ela a dar-lhe paz e segura prosperidade (COSTA, 1918, p. 274).

Esperava-se que os imigrantes europeus destravassem “[...] as rodas do carro do progresso”, da “[...] localidade das mais antigas do sertão da Baía” que por “[...] honrar os passos da tradição conservadora de seus primeiros” não conseguia livrar-se dos “encalhos do seu envolver” (COSTA, 1918, p. 274).

A passagem do século XIX para o XX prometia grandes mudanças nas relações políticas, urbanas e sociais em Jacobina, devido aos processos históricos por quais passavam a própria cidade e o país: o passado que fez afluir muitos garimpeiros pobres para a região, a chegada de imigrantes europeus interessados nos minérios e no comércio, a abolição das relações escravos *versus* senhores, o “advento” da República, a rearticulação do comércio no cenário econômico da Bahia, e uma variedade de festas religiosas, cívicas e populares.

Apesar dos desejos de mudança, a memória do passado fazia com que a cidade tivesse seus olhos voltados para os tempos de fama econômica e prestígio político. Assim, permaneceram as velhas relações: a aristocracia branca, formada pelos grandes proprietários de terras, de gados, das mais ricas casas comerciais, e detentores da política local, continuaram se espelhando num passado senhorial em que submetiam negros e pobres aos seus mandos e autoritarismos.

Dessa forma, a política coronelística se manteve sob os auspícios da República Velha, que concedia patentes da Guarda Nacional aos coronéis da região, estes exercendo poder político, econômico, religioso e valendo-se de uma política paternalista para se manter no poder.

A história política de Jacobina, principalmente do final do século XIX até meados do XX, foi marcada pela presença de atores políticos com forte poder de influência em âmbito regional. As dificuldades de articulações regionais com a capital, devido aos empecilhos de comunicação com a carência de vias e meios de transporte mais eficientes, faziam com que as regiões mantivessem certo isolamento, e uma relativa independência política. "A fronteira regional era definida através do poder dos coronéis. O limite final de uma das fronteiras representava o início do poder de força de outro coronel" (FONSECA, 1995, p. 82). Ou seja, a cidade dependia do poder de articulação do coronel para conseguir suas melhorias.

Esse intróito se fez necessário para percebermos em quais bases estava lastrada a sociedade jacobinense, que procura dissociar-se do rural, tentando compor um centro urbano. Mas como "[...] cidades e campos nunca se separaram como água do azeite" (BRAUDEL, 1970, p. 408), Jacobina era uma "cidade-rural-mineradora", pois precisava que seus habitantes cultivassem seus alimentos fora das muralhas *urbanas*, que cuidassem de suas criações de gado, que

alimentavam os citadinos e os garimpeiros, que por sua vez, faziam circular ouro e moedas na cidade.

A venda de querosene, gasolina, enxadas, linhas, arame farpado e liso e aniagem, entre outros, pelo comércio atacadista, expõe que as atividades ainda estavam voltadas para o setor primário. Estavam divididas entre o campo e a cidade. A riqueza provinha das fazendas e dos focos de mineração, mas o conforto, as novas formas de sociabilidade e de troca de informações, propiciadas pela cidade, os faziam negar antigos valores. Um exemplo disso foi uma nota epigrafada de "Secção Sertaneja" "d' O Lidador" (01/08/37,) (ao lado de outra, com denominação de "Assuntos Urbanos") que dizia respeito a um "Biête" enviado a esse jornal. Trata-se de um convite para uma festa de São João:

Cá, tá tudo bão. Pão [...] não hão. Hão uma vitrola cum a corda por um mei e um disque só pra mode se dançá 50 vez cada banda. [...] Cumpade, gostei muito do seu jorná. Ele não é bãosinho, é bão [...] são. As forquença do S. João aí fóro boa, hein? [...] Aceite um abraço do Prefessô.

Essa aparente inofensividade na retratação da maneira de falar do caipira provoca o riso contra o sujeito que mora na roça, revela uma sociedade que se contrapõe ao homem que não é letrado, de pouca instrução. O jornal, instrumento da tradição escrita, que cultua os valores da alfabetização e escolaridade, ironiza a cultura da oralidade. Conferir a festa de São João como sendo um interstício do mundo rural seria uma forma de distanciar-se dele – o período festivo junino – que lembrava o modo canhestro, roceiro e tabaréu do sertanejo, este também estava ameaçado naquela cidade, que agora se detinha a festas e assuntos urbanos.

Esse olhar lançado sobre a cidade tem o intuito de perceber como os fenômenos de *modernização* e *urbanização* tiveram impacto no cotidiano e nas suas festas populares, es-

pecialmente a Micareta<sup>3</sup>, festejo símbolo de "civildade" das grandes urbes da época.

As festas populares são momentos especiais em que os cidadãos desafiam o poder urbano através da apropriação simbólica do terreno público – este, deixa de ser apenas cenário da circulação cotidiana, e ausentam-se as muralhas invisíveis que regulam a cidade, mantendo cada coisa em seu lugar e comprimindo a multidão.

Quando o território da opressão vira cenário de festa, é a comunidade urbana que se manifesta como é: com suas divisões hierárquicas e conflitos; assim, como com suas solidariedades e alianças (ROLNIK, 1995, p. 25).

Na documentação trabalhada, principalmente o periódico "O Lidador", que circulou em Jacobina nos anos de 1933-1940, e pelos relatos de antigos moradores, de foliões e também através de um acervo fotográfico da cidade, percebemos que a década de 20 foi substancial para os anos posteriores de sua história e de seu desenvolvimento urbano e social.

A chegada do trem é o ponto de partida para percebermos estas transformações. Somente em março de 1919 foi concluída a construção do ramal da malha ferroviária da linha Centro Sul da 4ª Divisão Operacional da Leste, que ligava Senhor do Bonfim a Piritiba e favorecia Jacobina como rota de passagem – quase quarenta anos depois de sua emancipação à categoria de "Agrícola Cidade de Santo Antônio de Jacobina."

A pacata cidade teve então seu cotidiano modificado com o barulhento som do apito da Maria-Fumaça e dos trilhos que batiam quando a locomotiva despontava por detrás das serras da Bananeira e da Serrinha. Era o rasgão tecnológico das máquinas capazes de moverem os corpos,

de cortarem as distâncias com muita rapidez, que encantava o homem em Jacobina (CERTEAU, 1996).

O espaço urbano começou a se expandir: a cidade era habitada apenas do lado direito do rio Itapicurú, mas como a estação foi construída do lado esquerdo, logo se fez necessária a construção de uma ponte para o novo ponto de circulação da cidade, por onde transitavam trabalhadores, carregadores, gente importante e gente simples.

“O trem apita, o povo se agita/ Esperando alguém que vai chegar no trem”<sup>4</sup>. A gare era o porto das novidades que chegavam: mercadorias, idéias e gente nova. Com o tempo, tornara-se local de passeio e de paquera, para onde acorriam as moças que esperavam a chegada da locomotiva, conforme registrou o periódico “O Lidador” (07/09/1935).

Novos moradores foram se instalando por essas imediações, principalmente os carregadores. As proximidades da gare estavam marcadas pelos gigantescos armazéns das empresas exportadoras de matéria-prima da região (algodão, couro, peles, cera de carnaúba, mamona, café, e demais produtos da zona) e de importadoras de produtos industrializados (soda, açúcar, fósforo, sal, farinha de trigo, querosene, gasolina, enxadas, linhas, arame farpado e liso, aniagem, cereais, etc). Os contatos comerciais atingiam outros países, e Jacobina tornou-se correspondente de bancos nacionais e internacionais<sup>5</sup> interessados no seu ouro e nas matérias-primas. A *Standard Oil Company*, sediada nos Estados Unidos, tinha particular interesse nos produtos oleaginosos dessa região. Estava estabelecida, portanto, uma ligação comercial que beneficiava a cidade, gerando trabalho e produzindo riquezas.

A partir de 1920,

Jacobina deixa de ser singular no sertão baiano, devido a exploração do ouro, para se transformar numa cidade co-

mum a outras, nesse momento, passa a ser caracterizada pelo desenvolvimento da agricultura, da pecuária e do comércio (FONSECA, 1995, p. 120).

A estrada de ferro estimulou o movimento econômico, e a função comercial passou a predominar sobre a mineiradora.

A rapidez do trem em transpor espaços facilitava também o trânsito dos vendedores e viajantes, vindos especialmente das praças de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Eles vendiam tecidos de todos os tipos e qualidades, aviamentos, artigos decorativos, sapatos, remédios, revistas e outros produtos de fino consumo.

Traziam informações do que estava acontecendo nessas capitais, tidas como "modernas" e "civilizadas", e por isso ditavam às elites simpáticas as modas e modos de se viver, se comportar, de se vestir e de festejar. Conhecidos como "caixeiros-viajantes",<sup>6</sup> eles também não deixavam de levar as suas percepções do que viam na cidade para onde iam.

Vê-se, neste momento, a importância do papel do viajante/vendedor para uma pequena cidade do interior, trocando idéias com donos de lojas, convencendo-os de adquirirem determinados artigos, tendo por base o uso destes em grandes centros urbanos como Rio, Salvador e São Paulo. E esses produtos, paulatinamente, iam modificando os costumes, os modos de vestir, de calçar, de comportar-se das pessoas na cidade.

Mas dentre as conquistas daquela época em Jacobina, ressaltava-se a iluminação pública elétrica como uma das mais importantes:

De tudo que Jacobina possui de bom e útil, ocupa inegavelmente o primeiro plano a 'Cia. Força e Luz de Jacobina', melhoramento que levemos à figura respeitável e patriótica

do Cel. Galdino Cezar de Moraes, jacobinense dos mais dignos e esforçados (O LIDADOR, 07 de set. de 1933).

Dáí pode-se perceber que na construção de Jacobina como uma cidade “civilizada”, a idéia de “modernidade” está intimamente ligada à idéia de moralidade. Ora, a energia chegou em Jacobina, mas ressaltou-se a “figura respeitável e patriótica” do Cel. Galdino César de Moraes. Esta particularidade intensifica a importância do ato de existir luz em Jacobina.

Através da “Lei n.º 11, de 7 de agosto de 1924, o Conselho Municipal autorizou o Intendente de então, Cel. Galdino Cesar de Moraes, a estabelecer luz electrica e agua encanada [...]” (O LIDADOR, 07 de set. de 1933). A iniciativa do coronel ganhou apreço e foi realizada. Tornou-se seu concessionário e constituiu uma sociedade anônima com a denominação de “Companhia Força e Luz de Jacobina, contractando o fornecimento de luz publica com a Municipalidade conforme acta de 7 de abril de 1928”. A sociedade local sentiu-se amplamente agraciada, e homenageou o seu intento:

[...] quer como Intendente Municipal, durante 8 annos, quer como influencia politica do partido, que dominou até 1930, quer afinal, como excellente amigo particular, não se lhe pode negar applausos pelo que realisou em Jacobina” (O LIDADOR, 07 de set. de 1933).

Sendo assim, podemos ver, a partir da documentação descrita acima, que as práticas políticas estão intimamente associadas às práticas particulares. Cel. Galdino César era um cidadão indicado para levar a luz para Jacobina por seu trabalho junto à comunidade, e também por ser “excellente amigo particular” facilitou ainda mais o apoio ao seu pedido, merecendo aplauso pela iniciativa.

Realmente, a viabilização da luz elétrica, por parte do coronel, para uma cidade como Jacobina render-lhe-ia bons frutos não só políticos como financeiros. A substituição progressiva da iluminação com candeeiros e lamparinas a querosene e lâmpões a gás, pela luz elétrica, concretizou um desejo de reconfiguração do espaço urbano, que possibilitou aos moradores outras formas de percepção do cotidiano, especialmente na maneira de realizar a Micareta, pois permitiu um trânsito mais "seguro" para as elites nos dias da festa.

Uma fotografia na noite – um registro fotográfico mostrando a eleição da Rainha da Micareta, e do Rei e da Rainha momescos, que após faustoso desfile, pararam na Praça da Matriz para fotografar, juntamente com as "mascaradas" – é um indício dos novos modos de uso do espaço urbano. A luz oferecia um controle maior dos sujeitos que circulavam pelos territórios da cidade. Com a luz elétrica,

[...] o desenrolar dos dias ou das estações adquire um outro sentido, o mesmo para a alternância entre vida social e vida privada: ritmos de troca entre os indivíduos – ritmos lúdicos, mas também ritmos de trabalho [...] dependendo intimamente da artificialidade e da nova codificação da luz (RONCAYOLO, 1999, p. 97).

Portanto, esta era uma das razões da aprovação da iniciativa do coronel. A luz significava mais que o fim das noites escuras em Jacobina, em que se sentia medo depois das dez horas da noite, horário em que a antiga iluminação alimentada pelo carbureto era desligada: podia-se trocar o dia pela noite com mais segurança nos dias de festa, além de prover melhorias no comércio. Concomitante a isso, podemos perceber um novo estilo fotográfico. Antes as fotos tinham de ser tiradas durante o dia, agora os cidadãos podem fotografar à noite, demonstrando que residem numa cidade *moderna*, iluminada à luz elétrica, aumentando ain-

da mais a segregação social e ganhando prestígio dentro da sociedade. A luz em Jacobina, advento da “modernidade”, veio mais do que clarear e desmistificar a noite, veio também mudar valores e comportamentos.

E porque a Jacobina, de quatro anos a esta parte, tem se erigido do somno da indiferença, melhorando as suas edificações, florescendo a sua indústria e o seu comercio, rasgando novos horizontes na sua vida moderna, assegurando um ambiente mais digno aos passos largos pela estrada da civilização a dentro, bradando a si mesma, pela voz dos seus legítimos amigos, a go ahead! Com que os ingleses se inspiram nas jornadas das conquistas [...] (O LIDADOR, 29 de nov. de 1936 - grifos do original).

Mas estes fios condutores de luz, em tortos postes de madeira, não atendiam a todo o espaço da cidade, pois se estendiam apenas pelas praças e ruas principais. Apesar dos copiosos elogios dirigidos ao coronel na ocasião da aquisição da luz elétrica, as áreas mais distantes do centro ainda usavam o fifó de querosene, o candeeiro, as velas e as lamparinas. Aliás, nem mesmo os mais ricos poderiam abandonar esses antigos recursos de iluminação, visto que a luz elétrica não era bem distribuída:

[...] Claro que a nossa gente, habituada com a incandescencia dos filamentos, com o esplendor das suas lampadas de 200, 300, 500 velas, não mais se sugeteria ao broxolear dos candieiros do pavio de algodão. O mundo marcha; na natureza, segundo o grande quimico francez Levoisier, tudo se transforma.

[...] o que é verdade é que estamos precisando de luz, luz eficiente, luz permanente, os doze meses do ano, sem falhas, sem obstaculos, que se associe ao crescente progridir da cidade, para vermos funcionando os nossos radios, casas de diversões e alegres as nossas festas e com elas o nosso povo (O LIDADOR, 29 de nov. de 1936 - grifos do original).

Essas intervenções no espaço influenciavam a troca e a mobilidade; incitavam e valorizavam as novas práticas e novos usos do espaço urbano. Jacobina tentava ajustar-se em meio aos entretempos de um progresso. Apesar de ter a luz elétrica, esta atendia poucos territórios da cidade, o serviço oferecido era precário, além disso, a água da barragem não era suficiente para abastecer a usina nos períodos de estiagem e ainda havia os vândalos que quebravam as lâmpadas das ruas e praças dos postes de madeira.

Fotografias da cidade da década de 30 captam cenas cotidianas, mostrando mulheres lavando roupa no rio Itapicúru, apesar de proibidas pelo Código de Posturas. Percebemos que as partes mais planas de Jacobina têm as casas maiores e de arquitetura mais sofisticada, diferentemente dos planos mais elevados, como o Bairro da Missão, caracterizado por moradias simples e pequenas; e que apenas algumas ruas estavam pavimentadas, pois atenção especial de "estética urbana" era dada à área de comércio.

Diante das modificações, constituía-se um novo ideal de cidade. A chamada no jornal, intitulada "Assuntos Urbanos" evidenciava os interesses e anseios de um grupo social que habitava a velha Jacobina:

Toda vés que se trate do interesse e do progresso de Jacobina, 'O Lidador' estará sempre de ouvidos abertos [...] para ouvindo bater palmas e, como seu arauto, apregoar por aí o que de alviçareiro for surgindo [...] ouvimos falar da construção de um jardim á praça da Matriz que é, sem favor, a mais bela da nossa urbe. Muito bem, Srs. da Administração publica municipal. A idéa é elogiavel, e a sua realização é de grande alcance para a estetica urbana, além de proporcionar ao nosso publico um lindo ponto de recreio. Do mesmo modo, ouvimos falar que dentro em breve serão iniciados os trabalhos de completa reconstrução da ponte sobre o Rio do Ouro, entre a rua dos Ourives e da Floresta (O LIDADOR, 01 de ago. de 1936 - grifos do original).

A Praça da Matriz era o ponto de encontro da área central, apresentava-se como lugar apropriado de recreio e prática da sociabilidade urbana. Logo, a construção de um jardim e restauração da ponte, por propiciar a circulação, tornavam-se importantes na nova ordem urbana e para a nova feição que a cidade requeria, “de estética urbana.”

Poderíamos pensar também que Jacobina estivesse recebendo influências da cidade de Salvador nesse período, com os surtos modernizantes das administrações do governador J.J. Seabra (1912-16/1916-20) e Góes Calmon (1924-28), que visavam destruir a feição colonial da cidade, edificando novos prédios, construindo e alargando ruas e calçadas, jardins estilizados, praças com elegantes coretos e monumentos (FERREIRA FILHO, 1994).

A forma lenta como foram conduzidas as melhorias urbanas em Jacobina, nos anos 30, contrariou uma parte da população que passou a criticar constantemente a falta de um jardim, o pouco asseio nas ruas da cidade e a falta de pavimentação destas. O periódico “O Lidador” (07 de set. de 1935), apoiando as iniciativas, não deixou escapar críticas nem

[...] a igrejazinha da Missão, construída por volta do século XVIII, para catechisação dos selvícolas, de onde se descortina toda a sociedade, depois de admirar-se a feia e velha construção dos padres franciscanos, ainda hoje zombando da acção do tempo.

Esta construção, da qual se fala que “zomba da acção do tempo”, trata-se da Igreja da Missão que, depois de utilizada pelas Missões para catequizar os índios Payayás, que habitavam as terras de Jacobina, foi sendo apropriada pelos negros que deram à Igreja e ao bairro uma significação popular. Portanto, o exame não estava direcionado apenas

à *feia* capela da Missão do tempo colonial, mas ao grupo social que dela fazia parte.

Logo, as críticas podem ser vistas como tentativas de apagar um passado onde a presença do negro com suas expressões culturais, seus espaços, suas maneiras de cultuarem suas crenças religiosas e com suas diversões se manifestaram mais intensamente. Isso está claro no momento em que o jornal abre uma crítica aos *macumbistas* que estavam *agindo à vontade*, porque tal fato, apresentava uma Jacobina de tradições negras e africanas<sup>7</sup> que não combinavam com o novo retrato da cidade que as elites gostariam de revelar. Vale reproduzir a publicação desta nota do jornal "O Lida-dor" (21 de mar. de 1937), que no intuito de demonstrar espasmo e apavoramento, intitulou-a de "Galinha Preta, com farofa de dendê na encruzilhada da ponte":

Constantemente, um despacho aparece nas ruas da cidade, sem que se possa descobrir que em é esse pae de terreiro que tantos sustos vem causando aos credulos de São Cipriano. O prato do dia, na terça-feira preterita, foi um formidável despacho de galinha preta, pipóca, dendê e cebola que apareceu na encruzilhada da estrada, alli junto á ponte nova de madeira, caminho da estação.

Convém lembrar que desde o Código de Posturas de Jacobina de 1933, que, para cumprir os padrões de "decência moral e física", os proprietários de casas comerciais foram proibidos, com base no artigo 76 do Capítulo VII, "da moralidade, bem-estar, costume e sôcego publico", de consentir no interior das mesmas danças indecentes, batuques, sambas", concebidas como divertimentos de "pretos".

Sendo assim, o interesse não estava só em modernizar o espaço e modificar costumes – a preocupação das elites era também com a imagem da cidade a ser veiculada pelos visitantes que chegavam para fazer negócios, especialmen-

te naquele momento em que novas jazidas faziam avultar um grande número de garimpeiros para Jacobina.

A preocupação com a higiene da cidade, manifestada no jornal "O Lidador": "O asseio da cidade, e não há quem negue, necessidade inadiável. Agrada aos habitantes, higieniza a cidade e impressiona bem as pessoas que nos visitam" nos causa a impressão que o jornal semanário de Jacobina seria lido pelo Brasil inteiro e mundo afora.

O uso desses impulsos publicitários, a exemplo da nota das "prodigiosas minas", que dizia haver mais de seis mil almas trabalhando na lavra do ouro e, para reafirmar, termina a alardeada notificação lembrando que o "[...] ouro dorme no seio das montanhas e não são poucos os que, buscando-o são felizes", tinha o claro interesse de melhorar a imagem de Jacobina e assim atrair mais pessoas, mais trabalhadores e mais investidores, para que contribuíssem com o seu crescimento.

Interessante episódio foi o de uma louca vulgarmente chamada Mironga, que pode evidenciar ainda mais a idéia de controle social do espaço urbano: várias matérias no jornal "O Lidador" reclamavam da presença de uma tal Sinhá Rosinha, que no dia de ser enviada para internamento num Asilo de Mendicidade de Salvador, o chefe do trem não se conformou em levá-la no carro de passageiros. Assim, lamentaram, porque esta continuaria a "[...] gritar palavras imoraes a noite toda, contra o sossego, a moral e os créditos de civilidade da cidade". Diante desse problema, sugeriram que logo se alugasse uma casa, fora da área movimentada, para que a "[...] infeliz velhinha louca", não deixasse no "[...] conceito dos srs. Viajantes uma triste impressão dos nossos costumes" (O LIDADOR, 14 de mar. de 1937).

Sentindo essas mudanças no cotidiano da cidade, "O Lidador", numa edição especial por ocasião do aniversário de dois anos de circulação da gazeta, e da comemoração do

dia 7 de setembro de 1935, aproveitou para fazer uma avaliação do grau de progresso de Jacobina. Na parte reservada às "Sociedades e Festas", comenta-se que alguns "brinquedos" como Bumba meu boi, Cirandinha, Quilombos, Dança de Velho, Marujada, etc. ainda eram manifestações populares presentes na cidade:

Tudo isso ainda se vê em Jacobina.

A função reformadora dos nossos dias, não conseguiu afastar do nosso meio essas tradições, esses brinquedos ingênuos e significativos, que os nossos avós ensinaram. [...] apesar de tudo isso, vivemos identificados com a civilização, dentro da civilização.

Temos as nossas melindrosas e os nossos almofadinhas, insubmissos a essas causas antigas, que às criticam de soslaio [...].

Temos as philarmonicas e os jazzs, com as suas musicas modernas, que enchem de ambiente novo os salões de baile, que enchem de vida as solenidades civicas, que fazem transbordar de alegria e animação os reveilons. Os bailes mascarados e os improvisados.

Disputam-se picnics, organizam-se Ranchos, Reisados e entra-se de corpo e alma para a linha de frente da fuzarca dobrada que se efectua, todo ano, quando S.M. o rei Momo aparece para apagar as magoas e as tristezas.

Temos até quem tenha, de cabeça, os nomes mais queridos das estrelas de Hollyuwood e os numeros das principais estações radiophonicas do país, com os seus cantores [...] (O LIDADOR, 07 de set. de 1935).

O uso de termos como "tradição", "civilização", "brinquedos ingênuos", não são aleatórios nessa matéria publicada em 1935 por algum letrado da cidade de Jacobina. Ela nos permite mapear as leituras e os reflexos das questões que estavam gerando polêmicas no país, quando se discutia, nos meios intelectuais, um perfil da identidade nacional. As festas, tanto populares como religiosas, tornavam-

se o “local da criação do povo” (ABREU, 1998, p. 148). O “povo” era considerado como “infantil”, “rude”, ou “ingênuo”, sobretudo como o diferente, que se tornou símbolo da brasilidade, a síntese das três *raças* fundadoras, que carecia do Estado para direcioná-lo.

Para Martha Abreu (1998), Mello Moraes (cientista social do final do século XIX e início do XX) teria impingido “[...] às festas a marca ideológica de uma identidade nacional positiva, rompendo assim com os padrões hegemônicos de sua época”, ou seja, ele teria sido um dos primeiros teóricos que redefiniu positivamente a

[...] relação com a cultura popular de negros e mestiços, muito antes da década de 1920/1930, momento em que passaria ser hegemônica, definitiva e digna de orgulho a nacionalização das manifestações populares, inclusive as que tradicionalmente eram vistas como africanas, especialmente suas festas, danças e ritmos (ABREU, 1998, p. 148).

Nesse momento, já estavam sendo rejeitadas pelos cientistas sociais as idéias racistas do médico baiano Nina Rodrigues, que vigoraram pelo Brasil no final do século XIX: inflexível quanto a concepção de inferioridade dos africanos em relação aos europeus, ele admitia que os cientistas não conseguiam saber, com certeza, se a inferioridade dos negros era transitória ou inata. Ele via como inferior os costumes de negros e mestiços, como um entrave para a evolução do país ou um “fardo do qual gostaria de se livrar” (ABREU, 1998; VIEIRA FILHO, 1995; ORTIZ, 1994). Esses preceitos do darwinismo social europeu serviam para legitimar o domínio das elites brancas sobre os negros, ex-escravos e os trabalhadores em geral (SCHWARCZ, 1993).

Para construir uma identidade nacional, o Estado Novo apropriou-se do passado brasileiro e das práticas popula-

res para apresentá-los como resultado do processo de miscigenação, de manifestações da brasilidade com a finalidade de implantar uma "política cultural"<sup>8</sup> homogênea, única e nacional. Os elementos do passado são elencados e conjurados para se construir um ideal de homogeneidade sob uma nova ótica (GOMES, 1998; CUNHA, 1998; ORTIZ, 1994).

Portanto, foi possível perceber nas entrelinhas desta matéria de 07 de setembro de 1935, a existência de um pensamento de um grupo privilegiado, de uma aristocracia branca, que experimentou na condição de senhora a experiência da escravidão e, portanto, avaliava quais as permanências e mudanças naquela sociedade, diante das novas idéias que circulavam no país, já inserindo o mestiço como símbolo da identidade nacional.

O relato saudosista, além das permanências, também indicava uma ruptura, especialmente quando enfatiza que apesar de ainda existirem algumas diversões "ingênuas", ensinadas por seus avós, havia tipos como as "melindrosas" e os "almofadinhas" insubmissos às "causas antigas", que não mais se interessavam pela herança deixada pelo passado festivo. Ou seja, os jovens eram os principais interessados nos novos rituais que se inseriam na ordem urbana de Jacobina: bailes de máscaras, animações ao som das *jazz-bands*, tocando as músicas modernas que ouviam no rádio e no cinema norte-americano. O discurso da *função reformadora* em Jacobina delineava um *novo tempo*: o das festas momescas e dos bailes e desfiles à fantasia...

As atividades festivas são entendidas aqui como atividades religiosas ou não, pertencendo ou não ao cotidiano, que reúnem uma coletividade de pessoas participando, sem objetivos produtivos, buscando somente o prazer de estarem juntos para se divertir, que como o lazer, fazem parte do viver cotidiano (SIMSON, 1984, p. 68).

Diferentemente dos grandes centros metropolitanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, as cidades do interior, distantes da capital e sem surtos de industrialização, conservam de forma mais regulada os costumes e modos de vida.

As formas das elites ocuparem seu tempo em Jacobina estavam circunscritas à família, à Igreja e às sociedades recreativas. As horas de lazer reservavam-se para visitar parentes e amigos, fazer saraus para ouvir música, sentar na calçada para conversar, olhar a rua a partir da sacada do sobrado, ir à missa, ao teatro, fazer piquenique, freqüentar as sociedades musicais, as bibliotecas e participar dos bailes carnavalescos. Para Afonso Costa (1918, p. 285), a vida social em Jacobina, foi

[...] aprendida e feita no convívio rarefocado dos centros mais estendidos de cultura, é testemunho das predisposições animadoras de meus patrícios para o encaminhamento da civilização distinta.

A cultura das elites estava imbuída de características sofisticadas, e foi registrada pelos jornais e cronistas. Porém, muito raramente encontramos informações das diversões dos grupos populares de Jacobina nas fontes escritas desse período.

As festas do calendário católico eram um momento comum a todas as camadas urbanas, e momento especial quando os grupos populares aproveitavam para se manifestarem. Mas não era apenas nas festas da Igreja que estes se divertiam. Os componentes populares faziam batuques e rodas de samba nas ruas mais distantes do centro; freqüentavam terreiros onde eram realizados cultos ligados ao Candomblé, e faziam oferendas religiosas aos santos de devoção. Os terreiros da cidade ficavam localizados nos sopés das serras, onde podiam se reunir próximo à nature-

za e distante da opinião conservadora da cidade, que se incomodava com os batuques durante as noites.

Os novos elementos que foram incorporados à cidade de Jacobina, diante dos novos ideais de "civildade", como o cinema, o trem, a luz elétrica, a Micarême, as *jazz-bands*, as modificações no espaço urbano, e especialmente, a descoberta de novas jazidas de ouro e a sua exploração também por empresas particulares, na década de 20-30, provocaram o aumento e a diversidade de pessoas na cidade, que passaram a interagir culturalmente.

O cenário da sociedade jacobinense, na primeira metade do século, delineado por discursos de "civildade" e "urbanidade", ainda se apresentava estratificado por desigualdades sociais e por diferenças étnicas e culturais.

## Notas

1 Mestre em História pela PUC/SP.

2 Afonso Costa nasceu no município de Jacobina. Tornou-se autodidata, e deixou sua família humilde para morar em Salvador, onde passou a trabalhar na Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e ter contato com estudos e documentações oficiais sobre Jacobina. A partir daí escreveu e publicou vários artigos sobre a cidade, não deixando de empregar neles seu olhar positivista, em voga nos institutos históricos criados no país.

3 A Micareta é vista no Brasil como "um outro tempo carnavalesco", como um "segundo carnaval" (NICEAS, 1991), ou "carnaval nordestino" (SEBE, 1986), porque acontecem depois do Carnaval e a Semana Santa e se difundiu de maneira mais forte no interior da Bahia, e depois se propagou para o resto do Brasil. As origens da Micarême no Ocidente estão ligadas a uma tradição popular francesa, que acontecia desde o século XV, quando, no meio da Quaresma, populares faziam a Queima do Judas e a Serração da Velha; uma "[...] celebração grotesca que consiste (ainda hoje) em espantar a morte. A inspiração da micareta está ligada à dramatização de uma velha (símbolo de morte, doenças e desgraças) que seria serrada entre gritos e uivos do público em geral" (SEBE, op. cit., p. 85). Essa tradição popular da Micarême aportou no Brasil desde o século

XVIII, sob influência de Portugal, onde o povo aproveitava as festas do calendário religioso para fazer suas diversões. Foi registrada também por José Ramos Tinhorão como “[...] brincadeira de rapazes pelo período da Quaresma, conhecida como Serração da Velha” (TINHORÃO, 2000, p. 143). Inclusive a Missão Artística Francesa, que esteve no Brasil no início do século XIX, captou em pinturas um momento da Malhação do Judas em Sábado de Aleluia (TINHORÃO, 2000, p. 145) No início do século XIX, foi buscada na Europa uma versão sofisticada e elegante para esta festa realizada por populares no Sábado de Aleluia, que se tornava “incivilizada” para um Brasil que se “civilizava”. Assim, foi introduzida a Micarême, que imitava os grandes Carnavais de Nice e Veneza, pelas elites brasileiras, que buscavam uma matriz de identidade na Europa. Esse modelo vigorou, principalmente em Salvador, até a década de 30. A mudança do termo Micarême para Micareta, em 1935, em Salvador, culminou simultaneamente com o processo de popularização desta festa, que era utilizada pelas elites como forma de impor outra maneira de brincar aos demais grupos sociais, e com a interiorização da Micareta nas cidades de maior porte da Bahia.

4 Excerto do poema “Minha Infância em Jacobina” do poeta Aristeu Pinto de Queiroz, escrito entre 1920-1930, quando ainda morava na cidade (LE MOS, 1995, p. 163-164).

5 As empresas de Jacobina eram correspondentes destas casas bancárias: Banco do Brasil, Banco Alemão, Transatlântico, Bank of London e South América, The British Bank of South America, Banco da Bahia, Banca Francesa e Italiana per L’America Del Sud e Banco Mercantil Sergipense. Cf. JORNAL O LIDADOR, 07 de set. de 1935 (edição especial).

6 Empregado que promove a venda dos produtos de um estabelecimento comercial em localidades não compreendidas na praça desse estabelecimento. Provavelmente pela forte presença destes, uma das principais vias de circulação de Jacobina foi denominada de Rua Caixeiro Viajante.

7 Embora não haja estudos historiográficos suficientes em Jacobina para demonstrar a afirmação de raízes africanas nas festividades e cultos de negros, existe uma tradição cultural negra no Estado da Bahia que se relaciona de maneira muito forte com o legado africano trazido pelos escravos, que foram espalhados também pelos donos de terras no sertão durante o seu processo de povoamento.

8 Cunha discorda da idéia de Gomes (1998), de que Getúlio Vargas tenha criado “tanto uma memória histórica quanto os seus lugares de produção, em um movimento ‘do alto’”, de sentido legitimador capaz de forjar para a nação um passado científico e uma identidade cultural.

## Referências

- ABREU, Martha. Festa e cultura popular na formação do povo brasileiro. In.: *Projeto História*, São Paulo: Educ, 16, 1998.
- BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política*. Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRAUDEL, F. As cidades. In.: *Civilização material e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Tomo I. Lisboa: Cosmos, 1970.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CÓDIGO DE POSTURAS DE JACOBINA, 1933.
- COSTA, Afonso. Minha terra: Jacobina de antanho e agora. In.: *Anaes do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*. Salvador: IGHB, 1918.
- CUNHA, Maria Clementina P. Folcloristas e historiadores no Brasil: pontos para um debate. In.: *Projeto História*, São Paulo: Educ, 16, 1998.
- FERREIRA, Marieta Moraes. História oral, comemorações e ética. In.: *Projeto História*, São Paulo: Educ, 1997.
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita*. Salvador: UFBA, 1994. (Dissertação de Mestrado/História).
- FONSECA, Antônio Ângelo Martins. *Poder, crise regional e novas estratégias de desenvolvimento: O caso de Jacobina - BA*. UFBA, 1995. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo).
- FOUCAULT, Michel. Espaço e poder. In.: *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, Cidade, n.º 23, 1994.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In.: *Projeto História*, São Paulo, 1998.
- GOMES, Ângela de Castro. A cultura histórica do Estado Novo. In.: *Projeto História*, São Paulo: Educ, 16, 1998.

GOES, Fred. *O país do carnaval elétrico*. São Paulo: Corrupio, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olímpio, 1993.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. *A invenção da tradição*. 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1997.

JORNAL A VANGUARDA, 03 de abr. de 1955.

JORNAL O LIDADOR, 01 ago. de 1937.

\_\_\_\_. 07 de set. de 1935.

\_\_\_\_. 07 de set. de 1933.

\_\_\_\_. 29 de nov. de 1936.

\_\_\_\_. 01 de ago. de 1936.

\_\_\_\_. 21 de mar. de 1937.

\_\_\_\_. 14 de mar. de 1937.

LEMONS, Doracy Araújo. *Jacobina: sua história e sua gente*. Feira de Santana: Grafimort, 1995.

MAGNANI, José G. Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998.

MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem e práticas negras de territorialização no espaço da exclusão social*. Salvador (1850-1888), (Tese de Doutorado), PUC/SP, 2000.

NICEAS, Alcides. *Dicionário de verbetes para um carnaval brasileiro*. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1991.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador: EDUFBA/UEFS, 1998.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 5ª ed., 1994.

ROLNIK, Raquel. *O Que é Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RONCAYOLO, Marcel. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. In.: *Projeto História*. São Paulo: Educ, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SEBE, José Carlos. *Carnaval, carnavais*. São Paulo: Ática, 1986.

SIMSON, Olga R. Moraes von. *A burguesia se diverte no reinado de momo. Sessenta anos de evolução do carnaval na cidade de São Paulo (1889-1915)*. USP, 1984. (Dissertação de Mestrado).

TINHORÃO, J. Ramos. *Festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *A africanização do carnaval de Salvador - a recriação do espaço urbano (1876-1930)*. (Dissertação de Mestrado em História), PUC/SP, 1995.

## Abstract

The ideal of urbanity, that pass by cities of backwoods, has the synonym of civilization and modernization, and it is opposed to the past, marked by rural lives and opposed habits. The Jacobina city, in the first half of the twentieth century, dreamed with reforms, not just connected to the space, but with customs, specially parties, that wouldn't be considered civilized.

**Key Words:** City, urbanization, party.

